

ARTIGO

O ESPAÇO DILATADO DA OPINIÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DO JORNALISMO EM MULTIPLATAFORMAS: De seus porta-vozes aos atores discursivos¹

Copyright © 2015
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

KATI ELIANA CAETANO
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

RESUMO - A proposta tem como ponto de partida a condição tradicional da opinião pública, sobretudo em sua forma de existência na sociedade de comunicação massiva, quando assume o papel de legitimadora das falas de protagonistas da cena política - governantes e mídias. Visa a mostrar, a partir desse quadro, seu caráter de objeto construído no âmbito de um conjunto de convenções discursivas, e as modificações que sofre no contexto do jornalismo atual, apresentando-se como uma multitude de vozes tornadas visíveis nos espaços de circulação da informação. A análise, de cunho qualitativo, está centrada em opiniões sobre o conflito Israel/Palestina, obtidas a partir dos comentários de leitores e capturadas por meio de aplicativos de busca na *internet* com base na *tag* referente ao fato no período de junho a setembro de 2014. Entre tais mudanças, integram-se a necessidade de redimensionamento de seu conceito, a compreensão do desafio que tal aspecto representa às organizações jornalísticas e o reexame das próprias elaborações formais que sustentam o discurso jornalístico.

Palavras-chave: Opinião pública. Fluxos informacionais. Atores discursivos. Comunicação em ato. Conflito Israel/Palestina.

EL ESPACIO DILATADO DE LA OPINIÓN PÚBLICA EN EL CONTEXTO DEL PERIODISMO EN MULTIPLATAFORMAS: de sus portavoces a los actores discursivos

RESUMEN - La propuesta toma como punto de partida la condición tradicional de la opinión pública, sobre todo en su forma de existencia en la sociedad de la comunicación de masas, cuando asume el papel de razonar los discursos protagonistas de la escena política - gobierno y los medios. Tiene como objetivo exponer, a partir de ese marco, su objeto de carácter construído bajo un conjunto de convenciones discursivas, y las transformaciones que ocurren en el contexto del periodismo actual, presentándose como una multitud de voces tornadas visibles en los espacios de circulación de la información. El análisis, de carácter cualitativo, se centra en las opiniones sobre el conflicto Israel/Palestina, obtenidas a partir de comentarios de los lectores y capturados a través de aplicaciones de búsqueda en Internet basadas en la *tag* "opinión pública" en el período

junio-septiembre 2014. Así, son discutidas la necesidad de redimensionamiento de su concepto, la comprensión del desafío que este aspecto representa a las organizaciones de noticias y la revisión de las elaboraciones formales que apoyan el discurso periodístico.

Palabras clave: Opinión pública. Flujos de información. Actores discursivos. Comunicación en acto. Conflicto Israel/Palestina.

THE EXTENDED SPACE OF PUBLIC OPINION IN THE CONTEXT OF MULTI-PLATFORM JOURNALISM: from speakers to discursive actors

ABSTRACT - This paper has as its starting point the traditional condition of the public opinion, especially in its form of existence in the mass communication society, when assuming the role of legitimizer of protagonists' speeches in the political scene - government and media. It aims to show its character of built object under the set of discursive conventions, and the modifications that it goes through in the context of current journalism, presenting itself as a multitude of voices visible in the information circulation spaces. The analysis of qualitative nature focuses on opinions on the conflict Israel / Palestine, obtained from reader comments and captured through search applications on the Internet based on the tag related to the fact in the period of June-September 2014. Among these changes, we integrate the need to resize its concept, the comprehension of the challenge that such aspect represents to news organizations and the review of their own formal elaborations that sustain the journalistic discourse.

Key words: Public opinion. Information flows. Discursive actors. Communication in act. Israel/Palestine conflict.

1. SUJEITOS-REFERENTES: ENTRE REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES

Os modos como a questão da opinião pública foi-se configurando teoricamente estão intimamente vinculados aos modos como os próprios protagonistas do cenário político e das mídias a engendram. Seus conceitos representam, portanto, formas de teorização dos papéis de que se investem conforme os interesses e as necessidades dos diferentes grupos. Definida como expressão normatizada dos modos de pensar tornados coletivos ou consensuados; instância de controvérsias e contradições constitutivas dos processos democráticos (HABERMAS, 1994); manifestações condicionantes dos rumos políticos ou do agendamento midiático, os conceitos de opinião pública formulados por várias linhas de pensamento mantêm, em todas essas acepções, um tensionamento comum, o de propulsor e legitimador de ações e posições, seja da ordem dos poderes públicos, seja do domínio jornalístico (LANDOWSKI, 1992). Obviamente, esse objeto sobre o qual se fala ou em nome do

qual se fala – “a opinião pública” -, em discursos delegados, pode constituir-se ocasionalmente em sujeitos que falam. No primeiro cenário, fica claro seu papel de componente discursivo, mais do que referência a atores empíricos, posicionado quer na condição de legitimador de uma voz política, quer como segmento considerado majoritário dentro do contexto social, em relação ao qual a imprensa assume o papel de mediação junto ao Estado. Na primeira ocorrência, o mote é de que as ações estão justificadas nos desejos ou nas necessidades expressas pela opinião pública, e, nesse caso, o destinador das ações governativas não faz nada mais do que atender à vontade popular; no segundo, a opinião pública demanda, merece ou exige uma atenção que, impossível de ascender aos estratos do exercício político, tem na mídia um coadjuvante ou sua forma de representação. Está posta, assim, a competência emissiva para falar pelo público: “com dupla função de retransmissor, ora voltando-se para a ‘cena’, a fim de interpelar a classe política, ora voltando-se para as ‘arquibancadas’, a fim de se dirigirem, se necessário, ao ‘público’” (LANDOWSKI, p. 26). Reconhece-se nesse quadro, como analisa Landowski, um “silêncio do público” em função da emergência do “discurso da opinião”, isto é, no âmbito de uma teatralização da comunicação social” (p. 26). Nesse vaivém de delegações, eventualmente vozes emergem em movimentos mais concretos para pleitear, elas mesmas, seus interesses e clamar por mudanças. Ou seja, de referente do discurso, terceira pessoa (ou não-pessoa), essa voz indistinta pode concretizar-se em primeira pessoa coletiva, quer dizer, participar efetivamente como sujeito de seus próprios discursos. Deve levar-se em conta que os postulados sobre a constituição da subjetividade, desenvolvidos por Émile Benveniste no âmbito dos estudos da enunciação, já esclareciam que, ao contrário da classificação efetivada pela maior parte das gramáticas das línguas românicas, os sujeitos do discurso compõem apenas o binômio eu-tu/nós, ficando fora dessa posição a chamada terceira pessoa, por ser aquele de quem se fala e não o que fala (ele/ela). O autor toma como ponto de partida para sua análise os gramáticos árabes, para quem a primeira pessoa é aquele que fala, a segunda, aquele a quem nos dirigimos, mas a terceira pessoa, aquele que está ausente. (1976, p. 250)

Sua análise tem especial interesse para abordar a reconfiguração da subjetividade na situação contemporânea, porque

se articula ao um quadro cultural de facilitação da cultura participativa secundada pelas tecnologias atuais.

O conceito de opinião pública obviamente não é novo; origina-se com a história da formação cultural da gestão coletiva, consolida-se com a criação da esfera pública e se torna cada vez mais abstrato perante a solidificação do Estado, sobretudo quando este sintetiza, presumivelmente, a função representativa de viés liberal. No clássico texto de Cândido Teobaldo de Souza Andrade, *Mito e realidade* da opinião pública, datado de 1964, “o termo ‘opinião pública’, com o significado de participação popular nas coisas de interesse público, apareceu realmente com Jean Jacques Rousseau, na metade do século XVIII, quando o autor de *O contrato Social* escreveu que a vontade do povo é a única origem da soberania e das leis.” (p. 2). No início do século XX, a obra *Opinião pública* de Walter Lippmann, trará uma perspectiva crítica aos conceitos de opinião pública, principalmente considerados no quadro de padrões de estereotipia (LIPPMANN, 2010).

Nesse contexto, cada vez mais, a expressão “opinião pública” é evocada no sentido de uma massa uniforme à qual se concede espaços específicos nas mídias para manifestação, sob a forma de cartas, debates planejados, artigos, expressão de opiniões em pesquisas estatísticas. É nesse processo (não apenas histórico), que sua definição vai adquirindo contornos tanto mais vagos quanto mais imprecisos, na medida em que os valores semânticos de “opinião” e “público” adquirem nuances diversas. Sob que formas se manifesta uma opinião: pelos pleitos eleitorais, pela adesão a uma campanha, pela carta que homologa ou questiona uma ideia/iniciativa? Sob que formas se manifesta, igualmente, o “público”? Pela agregação de uma micro-coletividade, identificada como influente de uma grande maioria, que é interpretada como o apelo de uma nação^{2?} Pela oposição a tudo o que é de caráter privado? Ora, sabemos que tanto o público quanto o privado se articulam a um coletivo e a um individual, conferindo novos matizes aos seus conteúdos. O público coletivo traria essa noção de uma massa (ainda que não homogênea), mas o público individual tem algo de um pequeno comitê que fala e age em nome de um grande público. Ficam ambíguas, em suma, as possíveis definições de opinião pública, além de revelarem em suas próprias denotatividades certas insuficiências. Opinar diz respeito a reagir mediante algo, é da ordem de um passivo-ativo,

que dá retorno ao que lhe propõem. Não se insere na ordem da produção, mas da reação, mesmo quando essa reação reconfigura um estado de coisas pela força de sua mobilidade. O termo público convoca, por sua vez, uma esfera particular, aquela que agencia os indivíduos como seres sociais, em interação. Nesse contexto, os indivíduos interagem por meio de interlocuções e debates, em turnos de tomada da palavra. Como se vê, a profusão de problemas conceituais que mobiliza a categoria “opinião pública” intensifica o caráter polêmico das discussões em torno de seus usos, a par dos empregos variados em que a expressão ocorre, o que conduz à tese de que a construção “opinião pública” se constitui um componente do discurso,

Quer estigmatizemos o excesso de consideração para com a “opinião”, quer, ao contrário, seu rebaixamento, colocamos numa perspectiva reificante que concede, de saída, o estatuto de ator social dotado de existência empírica ao que não é, quando muito, senão um “ser de papel”, um objeto construído no quadro de um conjunto de convenções narrativas e discursivas. Longe de desmitificar, a crítica permanece assim submetida à problemática que torna possível o “estado de coisas” incriminado e não toca nos princípios mesmos dos fenômenos que ela denuncia. (LANDOWSKI, 1992, p. 42-43)

2. RECONFIGURAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS E NOVAS FORMAS DE SUBJETIVIDADE

Mesmo que tal conceito seja apontado como tradicional, confuso e polêmico, é preciso considerar que sua evocação não está fora de contexto na sociedade contemporânea. Basta efetivar buscas pelos *sites* com a *tag* “opinião pública”, cujas ocorrências foram acionadas pelo sistema de disparos do *Google Alerts* durante os meses de junho a outubro de 2014, para ver surgir inúmeros exemplos que homologam seja sua convocação, seja a necessidade de reagir contra essa força³. Aparece, portanto, em múltiplas ocorrências e se personifica de modo mais concreto nas chamadas pesquisas de opinião, que visam a conferir valor de credibilidade aos dados por meio de objetificações cifradas em componentes estatísticos.

No entanto, fica evidente que o modelo assumido pelos fluxos informativos nas sociedades contemporâneas, de cultura digital, altera esse quadro, na medida em que viabiliza trocas colabo-

rativas, produção de conteúdos individuais e paralelos aos meios *mainstream*, debates, comentários, correções, desvelamentos. Tal cenário configura um esquema de remissões que mescla opiniões e audiências da grande mídia massiva às mídias mais recentes e aos debates ou diálogos em redes sociais. Mesclar, no entanto, não é fundir. Cada uma mantém seu domínio em espaço próprio, sob a forma de cessões e citações. Criam, assim, uma lógica de auto-referencialidade midiática, voltada tanto para a análise dos fatos quanto para os modos de opinião e expressão dos próprios interlocutores. São comuns, aliás, as referências desqualificantes aos interlocutores de um debate, seja pela presumível pobreza do raciocínio adotado, seja pelo modo como se exprime. Tais desabonos acarretam sequências de turnos que desviam a temática em foco, quando não enfraquecem o número de participações. Os comentários ao “Painel do Leitor” da *Folha de S. Paulo*, versão digital, do dia 30/7/2014, registra um exemplo ilustrativo: “Quando alguém que se intitula professora e historiadora, como a leitora /.../, rebate de maneira tão pobre, tão desfocada, o artigo de Ricardo Melo comprovamos que nossa educação realmente vai mal”⁴.

Na televisão, os telejornais mencionam os sítios digitais, ou abrem espaço para participações *online* (mesmo que, na maior parte das vezes, irrisórias); nas opiniões *online*, a grande imprensa é citada, tanto como fonte de autoridade ou como discurso construído, a ser desvelado ou desconstruído. Entre seguir essas instâncias mediadoras da evocada opinião coletiva ou afrontá-las, podem introduzir-se ainda formas diversas de desafiá-las ou enganá-las. Homologar ou afrontar a mídia massiva, em sua condição de provisionamento dos fatos, são comuns. No primeiro caso, ela é estatuída como fonte de autoridade, referenciando discursos (a ideia de que “deu no Jornal Nacional”, como efeito de sentido de verdade, é exemplo corriqueiro); no segundo, situa-se como alvo de críticas, contestações e desvelamentos. O desafio à sua pretensa objetividade/neutralidade opera por meio da revelação de seus erros, da demanda ou questionamento de seus discursos e fontes (veja o episódio envolvendo a FSP e o jornal O Globo, sobre entrevista com sócia de Felipe Scolari, técnico da seleção brasileira na Copa 2014); e as estratégias para “enganá-la” aparecem na divulgação de falsas notícias, nos rumores de última hora e veiculados com precisão de dados, que obrigam muitos veículos a reproduzirem a informação sob pena de parecerem desatualizados, para, em seguida, retificarem

seus conteúdos. Consistem, muitas vezes, em mecanismos de desvalorização da credibilidade da notícia jornalística (cite-se o exemplo da *hashtag*: “Cala a Boca, Galvão!”⁵), como sites ou redes sociais que se especializam em fazer circular falsas notícias.

Nesse sentido, mais do que instituir o cidadão comum como alguém que também produz informação, ou participa de seu processo produtivo, a sociedade contemporânea favorece, graças sobretudo às plataformas disponibilizadas, a emergência do complicado jogo de vozes de que se constituem as relações sociais, acessível em sua própria estrutura interna midiática de forma mais evidente. Não se trata, apenas, de cartas, matérias assinadas, painéis específicos ou outras manobras destinadas a outorgar superfícies de visibilidade à voz do leitor. As novas formas de participação adentram o espaço midiático, às vezes mesmo sem ter de assumir uma retórica específica dos discursos jornalísticos, esta dotada de sólida compleição argumentativa, explicitação de fontes e evidências, mas, ao contrário, o engendram como o lugar do prosaísmo das conversas cotidianas. De fato, embora se mantenha a ideia de uma opinião pública nos moldes convencionais, a conjuntura sociocultural favorece uma instância produtiva interagente. Preferimos usar o termo interagente aos vocábulos ativo/passivo, na medida em que as participações nem sempre são ativas no sentido de uma produção efetiva de informações, muitas das inserções consistindo em duplicações, breves comentários, “curtidas” e compartilhamentos sumários, e, por outro lado, não há como desconsiderar que os espaços de tais manifestações também se dilataram, por necessidade até de adequação das mídias tradicionais à nova lógica de discussão em rede. Nos *blogs*, *twitters*, e outras modalidades de trocas simbólicas, textos mais elaborados do ponto de vista conceitual, mesclam-se a opiniões passionais, a meras sanções ou discordâncias, nem sempre formuladas no mesmo tom de debate, mas elas asseguram espaços de presença.

As condições tecnológicas asseguram essa guinada, visto que possibilitam o acesso e a inserção no circuito informacional de forma nunca antes imaginada. Se, tecnicamente, o ambiente favorece o esquema de controvérsias considerado ideal por vários autores para o exercício da democracia (MAGNONI, 2012, p. 38-53), sabemos que nem sempre os espaços estão liberados, assim como não são garantidas a todos as condições de apropriação dos dispositivos mais sofisticados que permitam o pleno

emprego de suas potencialidades, como efetivo de agilidade nas trocas interacionais, alcance dos fluxos, multimídia e multiplataformas.

No quadro das mudanças processadas por esses novos ambientes, merece destaque o contexto em multiplataformas de trânsito da informação, operado inclusive por dispositivos móveis com recursos de acessibilidade à *web*, interação em tempo quase real, e recursos multimidiáticos. No caso específico do jornalismo, tais condições pressupõem fluxos informacionais mais ágeis, em qualquer ponto de acesso, com produção e recepção conjugadas, e acionados por sujeitos também em fluxo, com implicações interacionais significativas para o presente estudo.

2.1 FLUXOS INFORMACIONAIS, SUJEITOS EM FLUXO

Esse aspecto repercute na lógica produtiva e distributiva do jornalismo contemporâneo, na medida em que dilata o espaço de transição da informação, replica o número de atores discursivos, investidos do papel de produtores e mediadores, e inscreve o ato de recepção também em um espaço móvel, de deslocamento dos sujeitos. Estar em fluxo no fluxo de informações pressupõe participações mais apressadas, muitas vezes surgidas no calor da hora, e, por isso mesmo, com tendências a retirar, de um turno de discussões, aspectos derivados e de natureza emotiva. Entenda-se o fluxo aqui não apenas no sentido de um movimento evidente, mas aquele de um ritmo imprimido às ações de modo precipitado e mesmo irrefletido.

É preciso, hoje, conceder ao movimento papel decisivo tanto nos modos de perceber e sentir quanto nos processos de pensamento. O eu e a própria ideia de eu, sua concepção como lugar e condição de síntese, estão atualmente em questão. O fato de pensar tende a se perder no fluxo das sensações. O exercício do pensamento é difícil, e mesmo impossível, quando não há duração, profundidade, ou quando os limites e as balizas se tornam tênues, quando faltam os momentos de parada, de pausa. É possível ao exercício da sensibilidade e do pensamento subsistir num eu sem limites? (HAROCHE, 2008, p. 219)

O rastreamento das opiniões manifestadas em relação ao conflito Israel e Palestina em curso na Faixa de Gaza neste momento, em diferentes *sites* jornalísticos e *blogs*, permite aferir exemplos recorrentes a respeito. Enquanto matérias, artigos e

editoriais expõem a indignação da opinião pública mundial pelas consequências da guerra, comentários postados no portal UOL por vários leitores no período de julho a agosto 2014 (assim como em outros sítios de redes sociais) discutiam, sobre bases argumentativas elementares e eivadas de sentimentalismos, o fato de que, tendo sido primeiro atacado pelo Hamas, tinha o governo de Israel o direito de revidar. Na defesa da Palestina, a questão histórica, de quem primeiro ocupou o território, é que justificava a investida⁶. Em outros termos, afirmava-se o pressuposto belicista, de justificação da guerra, e discutia-se apenas o direito primeiro de deflagrá-la. A reação de alguns leitores à matéria em vídeo realizado pela blogueira Bia Willcox⁷, de *O dia online*, contendo entrevistas de pessoas de diferentes nacionalidades que passavam em frente a Mesquita Azul de Istambul, diante da qual ocorria uma campanha contra o conflito em Gaza, é reveladora de alguns desses comportamentos amparados em valores de intolerância e confrontação. As respostas dos passantes no vídeo atendiam à indagação “De que lado você está: Palestina ou Israel? (“What side are you: Palestine or Israel?”), e se caracterizaram por formas moderadas e argumentadas de manifestar as posições, mediante justificativas normalmente contrárias aos efeitos da guerra. As atitudes dos *posts* em reação à matéria no jornal oscilavam entre apoios à iniciativa de Willcox e outras que incitavam, por meio de recursos formais tais como maiúsculas, exclamações, xingamentos, o reforço das medidas violentas:

(Comentário 1)

ISRAEL DEVE PASSAR A REGUA ... COMO JA FEZ COM O EGITO - CANAL DE SUEZ - E COM O LIBANO QDO SE ATREVIA A DINAMITAR O POVO JUDEU !! MANDA BALA QUE ESTES HAMAS E CIA SE ACORVADAM !!! HOJA SAO VALENTES PELO APOIO MUNDIAL DOS ESQUERDOPATAS !!!

Curtir · Responder · 17 de agosto de 2014 20:34”

(Comentário 2)

DIREITA DE MERDA, SEMPRE ESPALHANDO O ÓDIO PELO MUNDO. ENSINADO SEUS FILHOS A TER ÓDIO E PRATICA-LO.

Obviamente, uma reportagem em vídeo de pouco mais de três minutos, focalizada nas distintas avaliações dos passantes não constitui o modo mais aprofundado de abordar a questão. Participações como essas, e outras que prometem resumir o conflito em dez itens, ou cinco respostas⁸, ficam longe de instaurar propriamente um debate democrático sobre

certo tópico, como preconizam certas posições; ao contrário, criam expectativas de respostas superficiais, ao mesmo tempo em que sinalizam uma lógica de adesões e controvérsias que pulverizam os pontos convencionalmente legitimados para a emanção do saber.

Uma das compensações para a falta de dados no debate de um público no âmbito do ciberespaço é a remissão a hipertextos e *hiperlinks*, que podem conferir, inclusive pelo recurso multimidiático⁹ de áudio, imagem, audiovisual, material impresso, infografia, maior credibilidade à fala de alguém, funcionando, no domínio do prosaísmo de certas postagens, como recursos de autoridade tradicionalmente outorgados aos textos escritos. Oralidade e escrita se contaminam assim, mas de uma forma singular, porque descentralizam o predomínio de um dos registros, cada um agenciando, na verdade, os mecanismos de persuasão e convencimento mais próprios à sua configuração. Enquanto na conversação, predomina o tom informal, com vários desvios da norma culta (mesmo por aqueles que a dominam com bastante adequação contextual), e no texto escrito estão privilegiados os usos cultos de uma língua, na extensa “conversação” estabelecida no ciberespaço na comunicação em rede, ambos ocupam lugar de privilégio, em operações de convergência discursiva, midiática e de plataformas. Longe de constituir um fenômeno meramente sociolinguístico, esse dado tem a particularidade de justificar o alcance desse novo contexto, com o incremento, em relação à opinião coletiva originada anteriormente às tecnologias digitais, de dar visibilidade a um número incontável de vozes, que não se intimidam nem diante de posições de privilégio político, no sentido estrito, nem no domínio das restrições linguísticas (que também são, na verdade, de teor político). Reconfiguram-se, em suma, os sujeitos responsáveis pela produção da informação; as condições em que os atos enunciativos ocorrem e as marcações temporais de participação nos circuitos opinativos, marcados pela aceleração ou desaceleração das entradas dos sujeitos nos processos comunicacionais; assim como os seus processos perceptivos e de conhecimento.

2.2 NOVOS AGENCIAMENTOS DE CONDUÇÃO DO DEBATE

O redimensionamento da infraestrutura tecnológica, a reconfiguração das audiências, potencializadas para não apenas ouvir ou seguir a informação, o acesso aos dados da *web* em multiplataformas, com conseqüentes inserções nos círculos de debates, e a liberdade linguística que advém de uma mescla menos controlada, prescritiva, dos registros escritos e orais, requer uma atenção para estratégias de encaminhamento das opiniões.

Vários estudos da pragmática e da semântica enunciativa (DUCROT, 1983; 1985 e 1987), da linguística conversacional (MARCUSCHI, 2000; KOCH, 1992), do interacionismo baseado nos atos de fala (AUSTIN, 1991), das análises de narrativas e trocas discursivas nas redes sociais (RECUERO, 2009), dos estudos de análise do discurso nas mídias (CHARAUDEAU, 2006; MAINGUENEAU, 2005) e de aplicações dessas correntes nas pesquisas e postulados de Norman Fairclough (2008), entre outros, têm abordado os modos como expressões, marcadores e operadores argumentativos, usados em ato nas práticas comunicacionais, podem alterar os rumos de uma discussão, colocando acento, mudando, desvalorizando, ou revalorizando os tópicos do diálogo¹⁰. Concebendo a estrutura delineada pela comunicação em rede nesses termos conversacionais, embora com a singularidade apontada acima, percebe-se a relevância dessas pesquisas para a análise das produções na *internet* no momento atual. Não se trata apenas de identificar núcleos de estruturação de temas, em relação aos quais se formam (ou conformam) redes de seguidores; ou de buscar os tópicos mais seguidos, comentados ou curtidos no interior de um *blog*, *site*, *twitter*, mas perceber que, mesmo no âmbito de uma fala mais prosaica, com menos densidade reflexiva, é possível acionar recursos da ordem do conversacional, que podem se apresentar como fortes condicionantes no rumo da troca de opiniões. É nesse sentido também que encaramos, portanto, a reconfiguração das audiências, tornadas mais flexíveis e dilatadas pela diversidade de plataformas em que são passíveis de atuarem, e dos sujeitos, mobilizados no fluxo e em fluxo, assim como eficazes em seu próprio domínio político e linguístico.

Tais processos, mais espontâneos e regidos pelo ritmo das discussões, também requerem estratégias, mesmo que moduladas ao acaso e em situação. São os procedimentos das prá-

ticas conversacionais ordinárias, com a diferença de que, nessas ocorrências, impõem ajustamentos de diversas ordens ao circuito informativo, que modelam nosso conhecimento do movimento sociocultural. Sobre esse aspecto, merece registro o estudo sobre discursos e mudança social de Norman Fairclough, em especial, as formas de controle interacional, que incluem, entre outros aspectos, o controle de tópicos e de agendas¹¹. Como explica o autor,

O objetivo aqui é descrever as propriedades organizacionais das interações, das quais dependem o funcionamento regular e o controle das interações. Uma questão importante é quem controla as interações e em que nível: em que extensão o controle é negociado como um empreendimento efetuado pelos participantes, e em que extensão é assimetricamente exercido por um participante? /.../ Que estrutura de troca está em operação? /.../ Como são as agendas apresentadas e por quem? Como são policiadas e por quem? Um participante avalia as expressões dos outros? Em que extensão os participantes formulam a interação? Que funções as formulações têm, e qual(is) participantes formula(m)?" (FAIRCLOUGH, 2008, p. 286)

Assim dilatada, a questão da opinião rompe expectativas cristalizadas na categoria “opinião pública”, que prevê definições prévias, posicionamentos teóricos marcados por linhas de pensamento, e resgata seu sentido mais literal: opinião de um público exercida em espaços de livre manifestação. Esse público também não está normatizado em uma opinião comum; ele corresponde antes ao conjunto diversificado de associações estabelecidas em torno de temas, que se pulverizam em subtemas e tópicos derivados, emergidos no rumo das interações, expressos em diferentes registros de linguagens, que transitam do jornalístico ao conversacional¹², e fundado em remissões multimidiáticas e multidiscursivas utilizadas como modos de fazer crer, e, em última instância, como efeitos de sentido de verdade. No *design* comunicacional assim erigido, há momentos de forte concentração de interesses em torno de certos temas, graças à dimensão e à intensidade de seus impactos emocionais e repercussões concretas sobre a vida material. Nesses casos, os discursos jornalísticos propriamente ditos, de cunho tradicional, podem retomar o controle dos debates, abrindo espaços de interlocução, incitando participações que expressem pontos de vista, e, sobretudo, sistematizando o jogo controverso das opiniões, por meio de motes como “dê sua opinião” ou “saiba mais”.

Mais do que instâncias de mediação entre o público e as diferentes formas de poder, parece-nos que o contexto atual favorece, em suma, um jornalismo afeito à concepção da sociedade de associações, nos termos que lhe dá Bruno Latour (2012), quando os conjuntos de opiniões se agregam em um jogo controverso, do ponto de vista político, linguístico, espacial e cultural, no interior do qual os sujeitos podem constituir circuitos conversacionais à deriva. Nesse quadro de relações polêmicas, os micro-poderes constituídos vão se forjando, inclusive, em relação à fala tradicionalmente centralizada do jornalista, sob a forma, às vezes, de construções dêiticas próprias da oralidade, quando a presença face a face está pressuposta. Um exemplo significativo é o *post* contrário ao artigo já citado de Diogo Bercito, do *blog* jornalístico “Orientalíssimo”, cujo respondente lança mão de meios nada plausíveis para tentar uma estocada no blogueiro quando parecem esgotados os recursos mais “objetivos” da argumentação. Diante do texto de Diogo, que visa a aprofundar a discussão do conflito fora dos parâmetros maniqueístas¹³, afirmando de início,

“Esses são alguns dos dias do ano em que o mundo olha para o Oriente Médio, lhe entrega a opinião e volta a seus afazeres anteriores. A **guerra em Gaza** inundou meu Facebook e meu Twitter com os relatos mais variados sobre o conflito, com posições opostas — e parte delas baseada em conceitos equivocados. Um deles é a ideia de que existe um mundo árabe coeso e, do outro lado do espelho, o Estado de Israel.”

o leitor responde – “O senhor Bercito tem cara de árabe, não? Seria ele descendente de árabes, para ser tão parcial assim?” Nesse caso, mais do que dirigir-se ao jornalista, o leitor amplia a sua fala para tentar o convencimento dos outros interlocutores da conversa, apontando para evidências aparentemente mais fortes do que aquelas acionadas em uma discussão racional. Na mesma linha de raciocínio, a cobrança da responsabilidade do jornal pode se efetivar por questões objetivas e diretas, como se apontando para a face dos autores: reagindo aos editoriais, colunas e manifestações de leitores da Folha de 31/07/2014 contrários aos ataques de Israel contra Gaza, que atingiam civis de todas as idades indiscriminadamente, a leitora Helena Kessel (Curitiba/PR) responde com a seguinte postagem: “Criticar e apontar o dedo para a postura do Estado de Israel em detrimento das vítimas do mundo cruel palestinas, como os

editoriais da Folha e alguns leitores e colunistas fazem, é fácil e chegam a comover. Agora, pergunto, quais soluções eles apresentam para a solução do conflito?”¹⁴

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dilatação espacial das vozes da opinião do público na contemporaneidade não corresponde apenas ao alcance da informação e da participação possibilitada pela cultura digital. Ela diz respeito, sobretudo, ao caráter multiforme das plataformas em que esse processo ocorre e as implicações que desencadeia, entre elas a de acompanhar o ritmo vertiginoso dos fluxos informativos estando os sujeitos igualmente em fluxo, e realizando, em meio a outras práticas, aquela de integrar-se às narrativas jornalísticas.

Decorre desse contexto a possibilidade de entrar em contato com as notícias por diversos meios e discursos – como áudio, imagem, audiovisual, infografias, documentários, *newsgames*¹⁵ –, e em leituras complementares que vão enriquecendo os dados em esquemas de resolução semântica (FIDALGO, 2007) para a compreensão dos fatos, respondendo a elas também mediante a convocação de múltiplos recursos e em distintos registros, cujas características estão fortemente condicionadas a tal estado de precipitação com que os sujeitos se inscrevem nas correntes de discussões.

Nesse sentido é que se assimilou o movimento social de trocas informativas atuais aos processos conversacionais, tornados, porém, agora visíveis e concretizados em operações participativas que circulam na estrutura interna dos próprios espaços midiáticos, apresentando alternâncias entre construções de maior densidade argumentativa e outras, variáveis, que vão de meras adesões ou recusas a formulações passionais. Longe, porém, de desvalorizar a sua força argumentativa, é preciso considerar que elas podem assumir o controle das interações, desviando o foco dos tópicos de debate para fatores articulados a outro tipo de agenda. Tais procedimentos condicionam as ações dos jornalistas, seja para a retomada da pauta, e da adequação do tom, mobilizando recursos que dão abertura, por exemplo, a uma compreensão histórica dos fatos, seja instituindo demarcações claras entre os espaços de fala, ou mesmo efetivando depuração e filtragem do que é considerado

pertinente. De todo modo, esse estado de coisas impõe desafios às organizações jornalísticas, assim como àqueles que visam a abordá-las de um ponto de vista crítico.

As novas subjetividades constituídas a partir desses espaços de visibilidade são evidentes, porque atravessam os espaços tradicionais da informação com agilidade e, muitas vezes, acionam estratégias em ato, que vão desde as notas de correção dos dados apresentados pelos jornalistas até as práticas mobilizadas por meio de celulares, redimensionando o papel de mediação do jornalismo no cenário das negociações com os governos e poderes. É nesse contexto que a audiência assume diversas modalidades de participação, podendo, inclusive, em momentos especiais revelar sua energia fecunda na determinação de agendas e estratégias, e, resgatar seu espaço no discurso das mídias. Sob nova ótica, portanto, deve-se ler a manchete de uma matéria veiculada no dia 1º de agosto de 2014¹⁶, a respeito da dupla guerra enfrentada por Israel, no *front* e perante a opinião pública internacional, porque ela abrange no conceito de opinião pública muito mais do que pontos de vista de analistas, governos e jornalistas inscritos em postos de mediação entre os sujeitos e os acontecimentos nacionais e mundiais. São de fato vozes expressas em matérias, análises, imagens, comentários ou músicas, gestos, ações, oriundos de diferentes pontos, que cruzam o espaço midiático, criando controvérsias, polemizando posições, tentando situar-se no lugar de outros, e transformando, talvez, em questões particulares ou pessoais, o que primeiramente se instaurou como notícia de caráter internacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Mito e realidade da opinião pública. São Paulo, 1964. Disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol4-num11-1964/mito-realidade-opinio-publica>. Acesso em: 18 jun. 2014.

AUSTIN, John. **Quand dire, c'est faire**. 4. ed. Paris: Seuil, 1991.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral**. 1. ed. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BOGOST, Ian; FERRARI, Simon; SCHEIZER, Bobby. **Newsgames: journalism at play**. 1. ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2010.

BORGES, Susana. Opinião pública, *Media* e Cidadania: as manifestações pela paz nas vésperas da II Guerra do Golfo. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, I COLÓQUIO BRASIL-PORTUGAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2008, Natal, RN. **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação**. Natal: INTERCOM, 2008. V. 1, p. 1 – 12. Disponível em <http://www2.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=35056>. Acesso em 18 jun.2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DUCROT, O; ANSCOMBRE, L. – CL. **L´argumentation dans la langue**. 1. ed. Bruxelles: Mardaga,1983.

DUCROT, Oswald. **Le dire et le dit**. 1. ed. Paris: Éditions de Minuit, 1985.

_____. **O dizer e o dito**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Reimpressão da 1. ed. Brasília: UnB, 2008.

FIDALGO, António. A resolução semântica no jornalismo online. In: BARBOSA, S. (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração**. Coleção Estudos em Comunicação. Covilhã: Livros Labcom, 2007. [e-book]. p. 93-102. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf. Acesso em: 14 jun. 2014.

HABERMAS, Jürgen. **História y critica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública**. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gili, Serie Mass Media, 1994.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

KOCH, Ingedore. **A interação pela linguagem**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

LANDOWSKI, Eric. A opinião pública e seus porta-vozes. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica**. 1. ed. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. 1. ed. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGNONI, Antônio Francisco. A comunicação e a opinião pública na era das redes sociais. In: SANTOS, C. M. R.G. dos (Org.). **Opinião pública: empowerment e interfaces**. 1. ed. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012, p. 38-55.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

VIANA, Lucina R. **Presença online: estratégias e práticas discursivas da relação intermediada entre coenunciadores no twitter**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Linguagens) – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

VICENTE, Maximiliano Martin. Opinião pública e sociedade. In: SANTOS, C. M. R.G. dos (Org.). **Opinião pública: empowerment e interfaces**. 1. ed. Bauru, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012, p. 28-36.

NOTAS

- 1 Versão preliminar e reduzida deste texto foi apresentada no *12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor*, UNISC, Santa Cruz do Sul, nov. 2014. Para sua publicação, várias reformulações, inserções e especificações foram feitas.
- 2 Dentro dessa linha de compreensão equivocada da opinião pública é que se concebe uma matéria como: “Recepção a formadores de opinião conta mais de 40 participantes em Juiz de Fora”, da Sala de Imprensa Mormon, que visa a congregar, **em pequeno e seletivo grupo de setores**, os formadores de opinião de uma sociedade, definidos como “poder público, iniciativa privada, mídia, judiciário, religiosos, ONGs, etc.” (Grifo nosso). Disponível em: <http://www.saladeimpresamormon.org.br/artigo/recepcao-a-formadores-de-opiniao-publica-counta-com-mais-de-40-participantes-em-juiz-de-fora>.
- 3 Tal como no exemplo da matéria divulgada no blog de Frederico Vasconcelos na Folha *online*, em 31/7/2014, sob o título “Advogado dos desembargadores baianos espera do CNJ atuação independente da opinião pública”. Disponível em: blogdofred.blogfolha.uol.com.br. Acesso em 02/8/2014.
- 4 Disponível em: <http://comentarios1.folha.com.br/perfil/1056401?skin=>

folhaonline. Acesso em 31/7/2014). A crítica dirige-se a *post* no painel do leitor comentando a matéria de Ricardo Almeida, publicada em 28/7/2014: “Israel é aberração; os judeus, não” (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardomelo/2014/07/1492075-israel-e-aberracao-os-judeus-nao.shtml>. Acesso em 29/7/2014).

- 5 Campanha fictícia e humorística iniciada na abertura da Copa do Mundo em junho de 2010, que ganhou o primeiro lugar da lista de *Trending Topics* do *Twitter* (assuntos mais populares), com desdobramento de diferentes versões cômicas, inclusive com a produção de um vídeo de aparência institucional criado pelo grupo “NERDS KAMIKAZES” e divulgado no *youtube*, o que gerou confusão para a mídia internacional. A marcação do tema pelo uso da *hashtag* Cala a boa Galvão, tomou conta das redes e da pauta midiática. A notícia divulgada no *site* do “New York Times” sob o título “A Brazilian Twitter Campaign That Really Is for the Birds” (www.nytimes.com/2010/06/16/nyregion/16about.html?_r=0), de 15/6/2010 é ilustrativa para evidenciar o equívoco de interpretação do mote e a repercussão do fato.
- 6 Cf., por exemplo, um dos comentários ao *post* de Diogo Bercito, do blog *Orientalissimo*, disponível em: <http://orientalissimo.blogfolha.uol.com.br/2014/08/01/israel-e-os-estados-arabes-contra-o-hamas/> “A quem pertence as terras de Israel e seus arredores (chamadas de palestina)? O Estado de Israel existe desde do tempo do Rei Davi e nunca existiu um estado Palestino por lá. Não sou contra os palestino terem suas terras; mas dizer que Israel é o invasor, é distorcer a verdade. Se trabalharem com a verdade, talvez alcancem a paz; do contrário, só guerras!”
- 7 Disponível em: <http://blogs.odia.ig.com.br/amoresurbanos/2014/08/15/de-que-lado-voce-esta-palestina-ou-israel/>. Acesso em 16/08/2014.
- 8 Recursos de enumeração de problemas ou questões na abordagem de um tema, que se tornaram comuns no jornalismo *online*, dando a impressão de domínio da totalidade de um fato complexo. Cite-se como exemplo a matéria: “10 perguntas para entender o conflito entre israelenses e palestinos”. (Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140730_gaza_entenda_gf_1k. Acesso em: 29/9/2014.)
- 9 Cf., por exemplo, a matéria de Lone Aguiar, no *Brasil Post*, intitulada “Em seu *Twitter*, adolescente palestina conta sobre cotidiano na Faixa de Gaza”. Disponível em: <http://www.brasilpost.com>.

br/2014/08/11/gaza-twitter-adolescente_n_5669878.html. Acesso em 12/08/2014.

- 10 Ver, a esse respeito, a troca de comentários à matéria “Israel e palestinos aceitam novo cessar fogo”, no portal de notícias UOL, em que participações mais argumentativas se intercalam com intervenções exaltadas de diferentes atores discursivos desencadeadas em sequência: “Só se forem para a sua casa, pois Israel invadiu e ocupa ou bloqueia o território deles !!!”/ “E o Papai Noel vai bem ??????????”/ “kkkkk,nao fala asneira mentiroso”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/08/10/israel-e-palestinos-aceitam-novo-cessar-fogo-em-gaza-dizem-fontes.htm#comentarios>. Acesso em 11/08/2014.
- 11 Lucina Reitenbach Viana faz análise, em sua tese de doutorado defendida em 27/03/2014, das formas de interação presentes no blog da jornalista Rosana Hermann, examinando em casos exemplares as estratégias empreendidas por Hermann para manter o controle da interação sobre o tópico em pauta. (Tese de doutorado/ PPG em Comunicação e Linguagens/UTP).
- 12 É interessante ver os comentários a respeito de uma possível solução para o conflito Israel-Palestina na Faixa de Gaza, entre dar sequencialidade aos raciocínios argumentativos apresentados em alguma matéria ou desviar o tom da discussão para propostas absurdas ou de forte teor patêmico. Um exemplo pode ser observado nos comentários que acompanharam a matéria em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1494066-israel-e-hamas-aceitam-cessar-fogo-humanitario-incondicional-de-72-horas.shtml>.
- 13 Disponível em: <http://orientalissimo.blogfolha.uol.com.br/2014/08/01/israel-e-os-estados-arabes-contra-o-hamas/>. Acesso 02/08/2014.
- 14 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2014/07/1493080-leitores-comentam-artigos-sobre-conflito-entre-israel-e-palestina.shtml>. Acesso em: 01/8/2014.
- 15 Ian Bogost refere-se ao valor espacial agregado à experiência de um fato nos *newsgames*, além das coordenadas históricas que vão sendo acrescidas na medida mesma da interação pelo jogo. Em tradução literal, os *newsgames* corresponderiam ao modo de fazer jornalismo por meio de jogos eletrônicos, com efeitos de sentido de colocar-se no lugar do outro. O autor exemplifica em sua obra o *newsgame Peacemaker*, que também se refere ao conflito Israel

-Palestina, aqui referenciado, com o objetivo de amparar opiniões fundamentadas e buscar conjuntamente possíveis negociações para evitar uma guerra.

- 16 WOLOSZYN, André Luís. Israel entre duas guerras: no front e na opinião pública internacional. www.defesanet.com.br, 31/07/2014.

Kati Caetano é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens (Mestrado e Doutorado) da Universidade Tuiuti do Paraná. Membro da Linha de Pesquisa “Processos Mediáticos e Práticas Interacionais” do PPGCom/UTPP e líder do Grupo de Pesquisa “Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais -INCOM/CNPq. Autora de obras e artigos acadêmicos sobre a relação entre comunicação, imagens e tecnologias com uma atenção particular aos processos de dilatação espaço-temporal articulados às tecnologias digitais no domínio da informação jornalística e das práticas urbanas.

RECEBIDO EM: 23/02/2015 | ACEITO EM: 26/04/2015